





Irrigação no Brasil - infraestrutura, legislação regulatória e endividamento externo: as relações entre Estado, empresários nacionais e estrangeiros (1964-1985)

Mário Martins

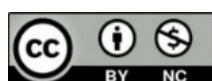
Doutor em História (UFSC), professor do Curso de História (UFC), tutor do Programa de Educação Tutorial em História (UFC).

 <https://orcid.org/0000-0001-5957-7021>

 <http://dx.doi.org/10.28998/rchv15n29.2024.0009>

Recebido em: 03/11/2023

Aprovado em: 09/04/2024



Irrigação no Brasil - infraestrutura, legislação regulatória e endividamento externo: as relações entre Estado, empresários nacionais e estrangeiros (1964-1985)

RESUMO

Este artigo realiza uma análise histórica sobre a implantação e expansão da infraestrutura de regadio no Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), conferindo ênfase às relações entre o capital nacional, internacional e o Estado. Para melhor exposição, dividimos o trabalho em três momentos: análise da atuação dos empreiteiros (a partir do Clube de Engenharia entendido como aparelho privado de hegemonia), durante os anos sessenta, junto aos militares para a configuração de uma legislação protecionista em torno do desenvolvimento infra estrutural do país; a influência de engenheiros-empresários, como Jaime Rotstein, e engenheiros-militares, como Afonso Lima, na elevação da irrigação como política nacional sob o paradigma da Revolução Verde, através do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), na década de 1970; e a relação entre Estado, empresas nacionais (como a empresa Sondotécnica) e internacionais (como a empresa TAHAL) na promoção do regadio, a partir dos planos nacionais de desenvolvimento e do endividamento externo nas décadas de 1970 e 1980.

Palavras-chave: irrigação; empresariado; revolução verde.

Irrigation in Brazil - infrastructure, regulatory legislation and external debt: relations between the State, national and foreign businesspeople (1964-1985)

ABSTRACT

This article conducts a historical analysis of the implementation and expansion of irrigation infrastructure in Brazil during the period of the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), emphasizing the relationships between national and international capital and the state. For better exposition, we divide the work into three moments: an analysis of the role of contractors (starting from the Clube de Engenharia understood as a private apparatus of hegemony) during the sixties, alongside the military for the configuration of protectionist legislation around the country's infrastructural development; the influence of engineer-entrepreneurs, such as Jaime Rotstein, and engineer-military figures, such as Afonso Lima, in elevating irrigation as a national policy under the paradigm of the Green Revolution, through the Plurianual Irrigation Program (PPI) in the 1970s; and the relationship between the state, national companies (such as Sondotécnica), and international companies (such as TAHAL) in the promotion of irrigation, based on national development plans and external indebtedness in the 1970s and 1980s.

Keywords: irrigation; entrepreneurship; green revolution.

Nos acervos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) há uma diversidade de documentos que tratam da intervenção dos poderes público e privado na infraestrutura do Brasil, principalmente no âmbito rural. Estes registros possibilitam analisar, pensar e refletir, tanto acerca das relações e formas de vida e existência do campesinato (Viana Jr; Maupeou, 2018), como também sobre as maneiras e as características do avanço das relações capitalistas no campo, em particular, das formas de associação entre o capital privado e o Estado no âmbito da irrigação do país¹. Aspectos estes que serão perscrutados neste artigo.

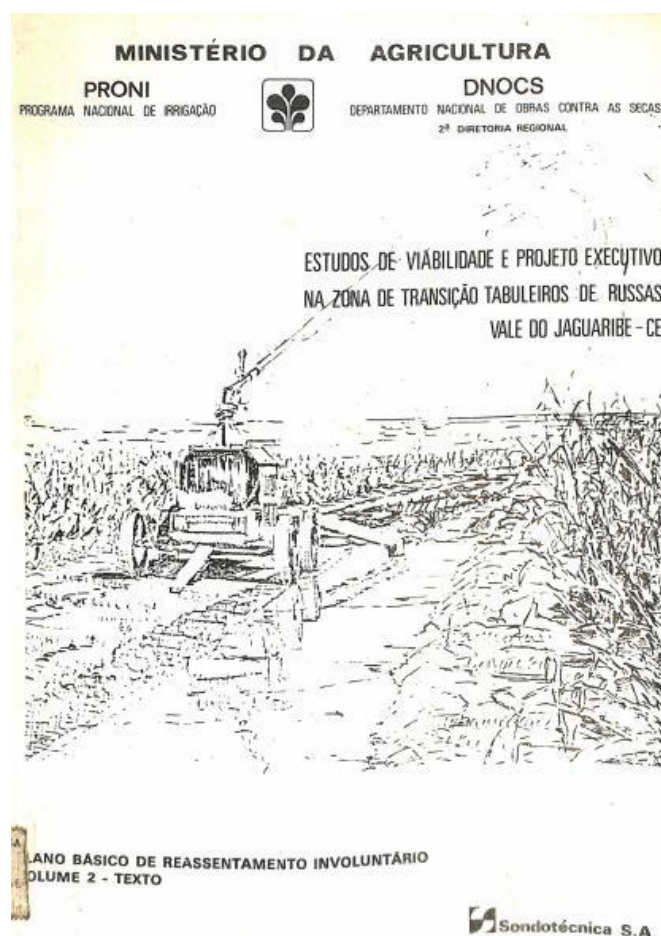
Referimo-nos, por exemplo, a um tipo de documento: o “Plano Básico de Reassentamento Involuntário” (PBRI)². Trata-se de registros que materializaram ambições e projetos pretéritos sobre regadio no país nas décadas de 1970-80, durante a ditadura. Estes projetos vinham sendo executados desde fins dos anos 1960 em virtude do avanço das políticas focadas na expansão de perímetros irrigados³ no Brasil, concentrando-se na região Nordeste (Bursztyn, 2008). Como uma das etapas de resolução dos problemas causados às populações desapropriadas, o DNOCS lançava mão de várias ações, dentre as quais o PBRI é um registro significativo.

¹ Tal trabalho possibilitou a criação de um amplo Banco de Dados composto por textos, imagens, documentos oficiais, vídeos, acervo oral e escrito de entrevistas, entre outros. Atividades desenvolvidos dentro do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER), na Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Parte de *corpus* documental mais amplo, denominado “Estudos de Viabilidade e Projeto Executivo na Zona de Transição Tabuleiro de Russas Vale do Jaguaribe, CE”, cuja elaboração foi parametrizada a partir do Contrato n° PGE 20/87.

³ Os perímetros irrigados são grandes faixas de terra desapropriadas por decretos federais e/ou estaduais para implantação de sofisticada infraestrutura hidráulica composta por canais, diques, áreas de bombeamento, entre outros. Após a construção desse espaço os perímetros são/eram divididos em lotes e entregues, através de licitação/seleção, para outros proprietários, como empresários, engenheiros, técnicos agrícolas e pequenos produtores.

Figura 1 – Plano de Reassentamento Involuntário



Fonte: Ministério da Agricultura (n. d.).

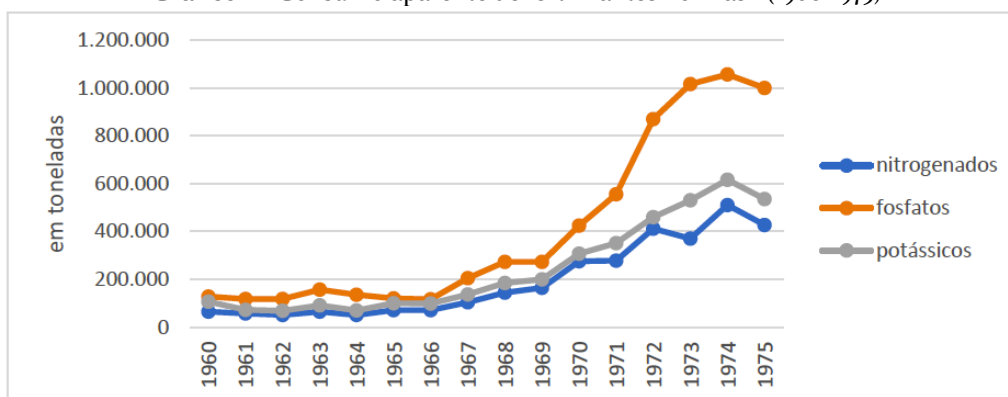
Na capa do documento foram conferidos destaques ao Ministério da Agricultura, ao Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e ao DNOCS, desvelando a organicidade do empreendimento. Estes realces eram acompanhados de uma imagem de corte de plantações. O centro era marcado pela imponência do maquinário, como que anunciando o futuro desenhado e projetado para o país: a modernização agrícola⁴, envolta na ampliação da motorização, maquinário, uso de insumos químicos e irrigação.

Os tratores, por exemplo, foram ampliados de 165.870 em 1970 para 665.280 em

⁴ Em diálogo com Martine (1991), entendemos o processo de “modernização agrícola” ocorrido entre 1965-1979 como “modernização conservadora”, cujas marcas principais foram a industrialização do campo de forma extremamente desigual e tomada a partir do crédito agrícola subsidiado e vinculado ao consumo de insumos e práticas diretamente relacionados à Revolução Verde. Mecanização no campo e êxodo rural foram as duas faces desta grande moeda.

1985⁵. Já o consumo de fertilizantes, como fosfatos, deixou a marca de menos de 200 mil toneladas em 1960 e saltou para mais de 1 milhão de toneladas em 1975⁶. Nitrogenados e potássicos também seguiram essa tendência de alta:

Gráfico 1 – Consumo aparente de fertilizantes no Brasil (1960-1975)



Fonte: Elaborado a partir de IBGE (1990)

Na capa do PBRI havia também o logotipo da Sondotécnica S.A. Mais do que uma simples disposição estética do documento, com centralidade na imagem⁷, estavam reunidos e anunciados os principais anseios e responsáveis pela alteração na estrutura hidráulica, sobretudo no Estado do Ceará⁸, prospectada em uma rede por segmentos de classe (engenheiros e empreiteiros) que buscavam garantir sua hegemonia no desenvolvimento do regadio no país no período em destaque.

Esses elementos não apontavam apenas para o futuro. Sugeriam pontos de saturação em tempos pretéritos. Do ministério à companhia privada havia uma explícita hierarquia de responsabilidades distribuídas na página frontal deste e de todos os outros documentos entregues pela Sondotécnica. Esta e outras firmas foram executoras de obras estruturais no campo, tão imponentes e complexas, como: barragens, estações, canais, redes viárias, entre outras. No período ditatorial, as relações entre o capital privado e o Estado para execução desses trabalhos resultaram

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário, Séries Históricas, Máquinas, tratores ou equipamentos, 1970-1985.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Acesso em: 4 jun. 2020.

⁶ Plano de ação (1978/1981). Revista do BNDE, 15(2), 41-81. Repositório do BNDES.

Disponível em: <https://bit.ly/2Zd42La>. Acesso em: 18 jun. 2024.

⁷ Segundo Mauad (2005, p. 134) o trabalho com fotografias, ou, acrescentamos, com imagens de forma mais ampla, conjuga uma educação do olhar com códigos comportamentais e representações sociais que podem apontar regulações no “processo de produção de sentido social hegemônica”. A produção de sentido projetada pela imagem fazia referência ao desenvolvimento nacional pela modernização agrícola.

⁸ Os 37 perímetros estão divididos assim: CE (14), PI (6), RN (5), PE (4), PB (3), BA (3) e MA (2).

na construção de 81% dos perímetros de irrigação ainda hoje existentes na região Nordeste, isto é: 30 da totalidade de 37.

Para entender estas relações, é mister:

- (i) compreender o Estado de forma ampliada (Gramsci, 1982);
- (ii) observar a “opinião pública” como “[...] o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (Gramsci, 2000, p. 165);
- (iii) e considerar a sociedade civil como “[...] o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento” (Fontes, 2010, p. 137).

Assim, é necessário observarmos e analisarmos as relações entre a sociedade política mais restrita e a sociedade civil, compreendida nas ações e relações de seus indivíduos, grupos e formas associativas, como entidades de classe dos engenheiros e empreiteiros.

A engenharia nacional e os militares

A empresa Sondotécnica foi criada no ano de 1954 pelo engenheiro Jaime Rotstein. A companhia tinha como objetivos iniciais declarados atuar nas áreas de investigação e sondagem. Nos governos autoritários acabou expandido sua atuação e se especializando nas atividades estruturais diante do aumento das demandas do Estado.

Para compreendermos o papel desta firma no desenvolvimento da infraestrutura nacional, vale destacar, entre seu vasto currículo, a elaboração do projeto de uma das mais importantes estradas do país: a rodovia Rio-Santos, segunda maior do mundo em 1969. Os estudos da empresa custaram 300 mil dólares e apontaram que a estrada traria bem-estar social e seria estratégica para a segurança nacional. Na prática, as contratações de firmas privadas, da qual esse projeto fazia parte, aumentaram o endividamento externo, acirraram os conflitos fundiários e a violência na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense e “significaram a apropriação pelo capital imobiliário e turístico de áreas ocupadas havia gerações.”

(Feitosa; Silva, 2015, p. 299).

Outro aspecto a ser observado diz respeito à ampliação da atuação espacial desta empresa. Apesar de sediada no Rio de Janeiro passou a operar fora de seus limites regionais de criação, característica comum a outras firmas do ramo de infraestrutura, pois estimuladas pelas políticas ditatoriais (Campos, 2014). Os contratos estabelecidos entre Sondotécnica e DNOCS ajudam a compreender isso. Em 1970, por exemplo, o DNOCS firmou termo aditivo ao Contrato n° 297-PJ de 1968, celebrado com o consórcio Sondotécnica e a israelense TAHAL Consulting Engineers LTD. Reiterava-se trabalhos para promoção do regadio no interior do Estado do Ceará, como os estudos hidrológicos e hidropológicos no Rio Curu e Rio Coreaú, além de planos e projetos executivos de irrigação⁹. O valor do contrato original, pago em dólares, foi de US\$ 1.012.000,00. A cifra milionária superava, em muito, o contrato dos estudos da Rio-Santos, desvelando as oportunidades abertas com a expansão da irrigação na região Nordeste do país.

Contudo, nesse jogo, era necessária atenção por parte do empresariado nacional. Desde o Golpe de 1964, Jaime Rotstein e outros empresários do setor pressionaram o Estado a defender os seus interesses a partir de um conjunto de relações formais e informais, individuais e coletivas. A preocupação do empresariado se dava em relação ao avanço de multinacionais. A defesa do *Know-how* nacional realizada por entidades de classe, como o Clube de Engenharia¹⁰, contava com a interlocução de indivíduos com influência no Governo Federal, tais como secretários, ministros e mesmo o futuro presidente do país, conforme relatado pelo próprio Jaime Rotstein:

Figuras ilustres da vida pública do País demonstraram a sua solidariedade com a campanha que tinha e tem uma conotação de interesse nacional fora de discussão. Manifestações como a do marechal Ignácio José Veríssimo, [...] dos generais **Afonso Albuquerque Lima** e Ramiro Tavares Gonçalves, do Cel. **Mário David Andreazza** [...]. Estava criada uma consciência quanto à necessidade de se defender do *Know-how* nacional [...]. O atual Presidente da República [demonstrou], ainda antes da posse, estar

⁹ DNOCS, “Livros de Contrato”, 1964-1975, Livro 9, fl. 93v.

¹⁰ DNOCS, “Livros de Contrato”, 1964-1975, Livro 9, fl. 93v. 10 A origem do Clube de Engenharia remonta ao século XIX, quando em 1880 Conrad Jacob Niemeyer fundou a instituição para agregar engenheiros e técnicos. Em sua trajetória afirma-se como polo de informação possuindo como missão a luta pela democracia e pelo desenvolvimento do país, ainda que em seu detalhado histórico de ações não conste qualquer menção ou registro às ações do Clube no interstício de 1964 a 1985. Informações obtidas no portal do Clube. Disponível em: <http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/o-clube-de-engenharia-e-sua-historia/3>. Acesso em: 5 abr. 2020.

compreendendo as **legítimas aspirações dos engenheiros**; ainda antes da posse, tivemos a oportunidade de fazer uma ampla exposição a Sua Excelência, o marechal Arthur da Costa e Silva, apresentando o **ponto de vista da classe dos engenheiros** (Rotstein, 1996, p. 52, grifo nosso).

A organização dos empreiteiros se fez sentir e transbordar para outros setores e instituições da sociedade brasileira mediante a propagação de sua ideologia e concepções de mundo para a produção de consensos. Apresentava como principal foco o desenvolvimento da infraestrutura para a resolução dos problemas nacionais, através da implementação de obras de engenharia, tais como: estradas, ferrovias, centrais elétricas, pontes, sem olvidar estruturas hidráulicas e barragens.

Nesse contexto é preciso observarmos que “o regime político instituído em 1964 não deve ser entendido [exclusivamente] como uma ditadura militar ou regime militar [pois] tivemos no Brasil uma ditadura civil-militar” (Campos, 2014, p. 416).¹¹ Daí as possibilidades de analisarmos como setores específicos da sociedade civil participaram do(s) pacto(s) políticos(s) que ajudaram a construir e manter o regime (Lemos, 2010). Costuraram-se relações entre militares e empresários na concepção, projeção e execução dos trabalhos de expansão da área irrigada. Nesse jogo, uma das forças sociais em disputa, através de sujeitos e aparelhos privados de hegemonia (APH), foi o Clube de Engenharia, envolvido no processo de construção de um formato hegemônico de regadio no país (Mendonça, 2018).

A dinâmica de atuação das empresas nacionais ia, por um lado, ao encontro das formas de expansão do capitalismo dos países centrais, como os Estados Unidos da América (EUA), em sua relação com os países classificados em desenvolvimento (Prieto, 2017). Replicava as ideias do Banco Mundial ao assinalar que para incorrer em desenvolvimento, os países “[...] deveriam recorrer ao endividamento externo e atrair investimentos estrangeiros”, observando a divisão de papéis entre os setores público e privado, quando caberia ao primeiro o “desenvolvimento planejado de uma infraestrutura adequada” para socialização dos custos, em benefício do segundo setor (Toussaint, 2006, p. 129).

Por outro lado, esta expansão imperialista poderia trazer ônus ao empresariado nacional caso as multinacionais passassem a dominar o mercado. Assim, a organização e mobilização do segmento empresarial foi fundamental para garantir “uma reserva de

¹¹ Importante destacar que há divergências historiográficas acerca da abordagem do tema no país. Rodrigo Patto Sá Motta (2014), por exemplo, destaca o caráter militar tanto do golpe como do regime, sem ignorar a presença de civis. Para um melhor entendimento destas controvérsias, sugerimos o texto de Carlos Fico (2017), “Ditadura militar: aproximações teóricas e historiográficas”.

mercado no setor de obras públicas e trabalhos de projetos, consultoria” (Campos, 2014, p. 7). Através da legislação nacional, limitou-se a atuação de estrangeiros. Enfim, uma forma de associativismo entre o Estado ditatorial e as companhias de construção pesada ou entre sociedade política mais restrita e sociedade civil. Isto ajudou a consolidar e a expandir empresas que passaram a atuar fora de seus limites regionais, tal como a Sondotécnica.

Os anos 1970 representaram a expansão e consolidação do setor de infraestrutura (e de outros) com a ampliação em seus volumes de negócio no Brasil. A Sondotécnica, por exemplo, entre 1974-75 majorou seu capital de 7 para 29 milhões de cruzeiros¹² (Carvalho, 2006). Este crescimento foi viabilizado em um contexto de empréstimos de dólares tomados dos bancos norte-americanos e outros credores internacionais impulsionados com o mercado de Eurodólares¹³. Fazia parte de um movimento maior de abertura de mercados que encontrou terreno fértil no aumento da demanda por recursos hídricos, em virtude dos novos padrões de consumo, demandas por alimentos e crescimento das populações nas cidades (Ioris, 2010).

Entre 1964-69 o segmento empresarial responsável pautou a predileção de empresas brasileiras em relação às estrangeiras na elaboração de consultorias e obras de engenharia que continuaram a ser realizados nos anos seguintes. O sucesso desta estratégia ficou registrado nos contratos realizados pelo DNOCS. Para o período de 1964-75, identificamos 254 contratos nos livros de registros desta autarquia referentes a acordos para promoção da modernização agrícola que envolviam trabalhos como: hidrologia, hidrogeologia, pedologia, estudos fitossanitários, combate a doenças, obras de engenharia, melhoramento de sementes, treinamento de pessoal em irrigação, convênio com universidades para formação de pessoal, topografia, instalação de postos hidrométricos/hidrológicos.

Neste grupo de fontes, 37 (14,5% dos registros) fizeram menção a acordos internacionais, mas com a presença majoritária de empresas nacionais consorciadas; já 217, ou seja 85,5% dos acordos comerciais, remeteram a pessoas, empresas e instituições exclusivamente brasileiras.¹⁴ Tais aspectos ajudam a entender melhor a complexidade das relações estabelecidas entre público-privado no delineamento das atividades e na inter-relação entre sociedade política e sociedade civil (Paula;

¹² Valores em dólares: US\$ 1.324.002,27 em 1971 e US\$ 4.887.091,33 em 1972.

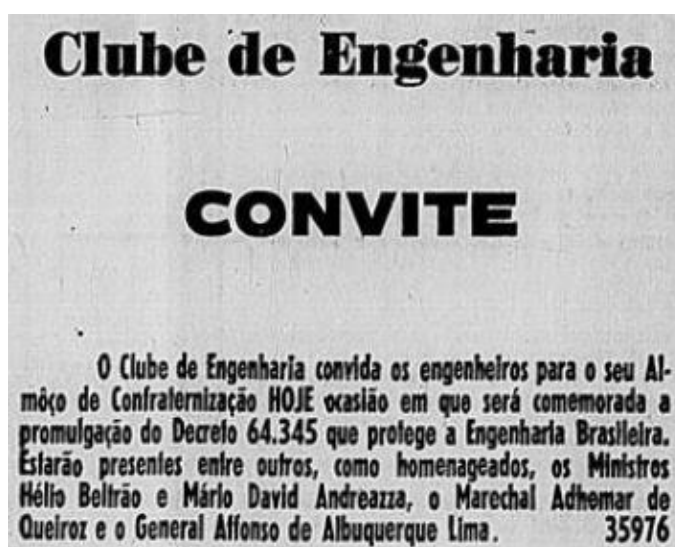
¹³ Entre 1964-1985, a dívida externa brasileira cresceu 32 vezes, saltando de US\$ 3,294 bi para US\$ 105,171 bilhões. As taxas de juros voláteis, em média alteradas de 5% para 20%, foram um dos principais fatores para a crise no país nos anos 1980. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/corrupcao-e-divida-publica-no-periodo-militar-1964-1985/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

¹⁴ DNOCS, “Livros de Contratos”, 1964-1975.

Mendonça, 2013), principalmente no que concerne ao convencimento da pauta da irrigação e, evidentemente, toda sua estruturação como necessidade basilar para a modernização do campo.

Para aprofundarmos esta análise sobre a relação ampliada entre Estado restrito e sociedade civil é necessário averiguarmos mais de perto as afinidades construídas entre os ditadores e o empresariado a partir de um conjunto de outros indícios. Dentre eles, destacamos o convite feito pelo Clube de Engenharia, um aparelho privado de hegemonia¹⁵, publicado no jornal Correio da Manhã, em 10 de julho de 1969.

Figura 2 – Convite Clube de Engenharia.



Fonte: Correio da Manhã, em 10 jul. 1969.

A chamada se referia à comemoração da promulgação do Decreto 64.345, de 10/04/1969, que instituiu normas para a contratação de serviços objetivando o desenvolvimento da engenharia nacional. Na prática era uma importante vitória do setor que vinha realizando campanha desde 1964 contra a “concorrência ilegítima das firmas estrangeiras [que] nasceu quando o país passou a receber financiamentos para obras de vulto através de órgãos de ajuda internacional, que exigiam planejamento e fiscalização de obras por firmas de sua confiança”¹⁶. Chancelada pelo presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969), as multinacionais somente poderiam ser contratadas quando não houvesse firma nacional qualificada para o desempenho dos serviços a

¹⁵ Tomando como referência os estudos de Antônio Gramsci (1982), Marinho (2010, p. 176) assinala que o Clube de Engenharia foi fundado em 1880 e “[...] se fortalece como aparelho privado de hegemonia, com potencial de inscrição de demandas na sociedade política, assim como com a capacidade de construção de consensos na sociedade civil e reafirmação de políticas públicas nessa esfera”.

¹⁶ Correio da Manhã, 09 jan. 1969, p. 8.

realizar ou através de consórcios com empresas brasileiras.

Apesar do Decreto não possuir aplicação imediata, em virtude da necessidade de regulamentação por parte do Ministério do Planejamento, a pressão exercida pelos empresários fez com que fosse aprovado um complemento logo no primeiro ano do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974): o Decreto 66.717, de 15 de junho de 1970. Através dele definia-se de forma pormenorizada os serviços de engenharia em geral como “I - Elaboração de estudos e projetos de engenharia [e] II - Execução, supervisão e controle da implantação de obras de construção civil”, com destaque para as estradas de rodagem, ferrovias e unidades industriais.¹⁷

O delineamento do que era da alçada da engenharia, ou melhor, das empreiteiras nacionais, compunha um conjunto de serviços específicos que, através de legislação especial, passou a servir para normatizar o controle do (e pelo) segmento empresarial em foco. Isto porque as empresas deveriam adquirir um “cadastro especial” para a realização de contratos junto ao Governo Federal, através da apresentação de documentação específica submetida ao ministério competente. Tais documentos envolviam desde a comprovação de ampla experiência na área até a saúde financeira das empresas.

Na prática, dada a atuação dos empreiteiros organizados (sociedade civil) através de aparelhos privados de hegemonia (como o Clube de Engenharia) junto ao Estado, aqueles decretos tornavam extremamente difícil o credenciamento de pleiteantes fora do seleto círculo do Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro:

Art. 4º O cadastro mencionado no artigo 3º compreenderá os seguintes elementos entre outros necessários à avaliação de capacitação e qualificação técnicas: indicação dos setores de especialização; experiência; atestados de clientes; quadro de cientistas, técnicos e engenheiros contratados em regime permanente com os respectivos “currículos vitae”, capacidade gerencial; instalações e equipamentos de que dispõe; capacidade financeira e situação econômica.¹⁸

Portanto, o controle se dava por uma importante fração da engenharia nacional, ou melhor, por um núcleo ligado ao seu APH, o Clube de Engenharia, próximo aos

¹⁷ DECRETO Nº 66.717, de 15 de junho de 1970. Complementa o Decreto nº 64.345, de 10 de abril de 1969, que instituiu normas para a contratação de serviços, objetivando o desenvolvimento da Engenharia Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66717.htm. Acesso em 20 maio 2020.

¹⁸ DECRETO Nº 64.345, de 10 de abril de 1969. Institui normas para a contratação de serviços, objetivando o desenvolvimento da Engenharia nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D64345.htm.

pináculos dos governos militares¹⁹. Isto explicitava-se na teia de relações individuais estabelecidas para criação e implantação dessas leis. O Decreto 64.345/69, é importante destacarmos, foi constituído a partir de um Grupo de Trabalho composto por quatro integrantes.²⁰ Entre eles estava Francisco Saturnino de Brito Filho: o presidente do Clube de Engenharia (1964-1967)²¹, o que realça o interesse, a presença e a atuação de empresários da classe dominante brasileira “[...] junto ao aparelho de Estado e suas agências específicas” (Campos; Brandão, 2017, p. 16).

Sobre esta questão, é importante compreendermos esse Estado como uma relação social, conforme orienta Sonia Mendonça (2013, p. 19):

Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato em um Estado etéreo. Este vasto e complexo tecido de relações se constrói e reconstrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates e história, enfim.

Na comunicação da composição do Grupo de Trabalho e do almoço comemorativo pela assinatura do Decreto 64.345, o jornal Correio da Manhã fazia referência aos rostos de Saturnino e outros nove convidados especiais como “dez personalidades da política nacional”²², entre militares de elevada patente e empresários-engenheiros civis. A vitória da “Campanha em Defesa da Engenharia Nacional”, portanto, era um ponto alto de comemoração da relação entre capital e ditadura, isto é, da confraternização explícita entre empreiteiros e militares no país, sociedade civil e sociedade política restrita. A simbologia do ato comemorativo estampado no jornal ganharia forte densidade material e lucratividade na celebração de contratos com estatais, como o DNOCS.

¹⁹ “[...] uma das características do órgão era ambiente que impulsionava a atividade empresarial no setor de engenharia [...]. Outra característica [era] a forte articulação junto ao poder público, sendo o CE responsável pela elaboração de projetos aplicados na cidade do Rio e em âmbito nacional” (Campos, 2014, p. 139).

²⁰ Grupo de trabalho que elaborou a lei: Saturnino de Brito Filho, Moisés Himelstein, Frederico de Sousa Rangel, Joaquim Francisco de Carvalho.

²¹ Correio da Manhã, 11 jul. 1969, p. 5.

²² A matéria fazia referência aos seguintes indivíduos: Ministro dos Transportes Mário Andrezza, Ministro do Planejamento Hélio Beltrão, Chefe de Assessoria Técnica do Ministério do Planejamento Francisco de Melo Franco, Marechal Ademar de Queirós; membros do Grupo de Trabalho: engenheiros Saturnino de Brito Filho, Moisés Himelstein, Frederico de Sousa Rangel (não esteve presente ao almoço), Francisco de Carvalho, o Presidente do Clube Hélio de Almeida e o General Albuquerque Lima (não esteve presente ao almoço). Correio da Manhã, 11 jul. 1969.

O Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) e a Sondotécnica. O Afonso e o Jaime...

É importante retornarmos mais uma vez à notícia do almoço do dia 10 de julho de 1969. O foco de análise agora é a composição dos convites para o almoço de confraternização oferecido pelo APH - Clube de Engenharia. Entre os convidados estava Afonso Augusto de Albuquerque Lima, integrado às atividades do Estado ditatorial em concordância com sua formação de engenheiro pela Escola Superior de Guerra (ESG). Um militar-engenheiro, portanto. Após o Golpe de 1964, Lima assumiu a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e depois se tornou o primeiro Ministro do Interior do Brasil (1967-69), responsável por órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o DNOCS.

Sua principal meta era “[...] o incentivo ao desenvolvimento regional, sobretudo do Nordeste e da Amazônia, visando atenuar o crescente desequilíbrio entre essas regiões e os estados industrializados do Sudeste”²³. Este aspecto tinha consonância com os desafios do Governo Federal, durante os anos 1970, de “[...] integrar segmentos e regiões atrasados ao núcleo mais moderno da economia” (Prado; Earp, 2003, p. 221).

Muito provavelmente era este alinhamento um dos principais motivos do convite feito por Jaime Rotstein a Afonso Lima desvelando relações anteriores que mostravam, por um lado, fissuras e confrontos internos nas Forças Armadas e, por outro lado, desafios a serem observados e geridos pelos empresários-engenheiros. A presença do ministro Hélio Beltrão pode ter contribuído para que Albuquerque Lima não comparecesse à confraternização, haja vista o exposto no ato de sua demissão alguns meses antes:

Em janeiro de 1969, Albuquerque Lima demitiu-se do Ministério do Interior, por discordar frontalmente da política econômica defendida pelos ministros da Fazenda, Antônio Delfim Neto, e do Planejamento, Hélio Beltrão. [Em seu discurso de exoneração] denunciou a situação política que “propicia e coonesta uma verdadeira escalada dos grupos econômicos poderosos, em detrimento mesmo das empresas nacionais, sobre as áreas de influência e decisão na formulação da política econômico-financeira do país.”²⁴

²³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Dicionários, Verbete-biográfico, Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima>. Acesso em: 15 jun. 2020. p. 5.

²⁴ CPDOC, Dicionários, Verbete-biográfico, Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima>. Acesso em: 15 jun. 2020, p. 6.

O projeto de desenvolvimento encampado por Afonso Lima, além de alinhado ao empresariado nacional, tinha em sua bagagem as marcas de sua participação na criação da SUDENE, bem como de sua experiência como diretor-geral do DNOCS no governo de João Goulart em 1961. Posteriormente, enquanto ministro, atuou junto à SUDENE para a concepção e implantação do seu IV Plano Diretor, retomando propostas do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) com foco na profusão de áreas irrigadas. Sua forma de pensar e agir assinalava a possibilidade real de um conjunto de intervenções infra estruturais no Nordeste brasileiro. Os empresários sabiam deste projeto e prospectaram os ganhos que poderiam obter a partir de ações orquestradas em relações pessoais e por seus aparelhos privados de hegemonia.

Assim, não por acaso, na gestão ministerial de Lima durante a Ditadura, mais precisamente em 1968, foi criado o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA)²⁵ que lançou as bases e diretrizes de uma política de regadio para o país, inaugurando uma nova fase “[...] com orientações que produziram efeitos até o final da primeira metade dos anos 80” (Brasil, 2008, p. 11). A drenagem e a irrigação apareciam como pilares para a modernização da agricultura. As limitações naturais, sobretudo da região semiárida no Nordeste, deveriam ser superadas através de arrojada estrutura hidráulica para criação de projetos de regadio.

Este movimento resultou, entre outros, no Programa Plurianual de Irrigação (PPI). A maior parte das ações de irrigação deveria ser direcionada ao Nordeste, escalonando o DNOCS e a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) como agências implementadoras e contratadoras das firmas executoras. Nessa viragem estrutural para o Nordeste, muito provavelmente havia a influência de Jaime Rotstein. Seus interesses convergiam com o projeto de Lima. Descobrimos que foi a Sondotécnica, novamente em parceria com a israelense TAHAL²⁶, que elaborou o Programa Plurianual de Irrigação, isto é, que atuou diretamente na elevação da irrigação ao patamar de política pública no país e que definiu as regiões prioritárias para as intervenções.

²⁵ Decreto nº 63.775, de 11 de dezembro de 1968. O grupo era formado por vários técnicos e consultorias internacionais (Vieira, 2015).

²⁶ Com presença em mais de vinte países na África, Ásia e América Latina, a TAHAL foi criada em 1952 com capital misto (público-privado), mas em moldes de uma empresa privada. Em seu currículo trazia a construção do Sistema Nacional Integrado de Suprimento de Água de Israel que interligava áreas urbanas e rurais de norte a sul no país. Seu foco era, portanto, o planejamento e execução de obras de abastecimento hídrico. No Brasil, buscava consórcios, para a execução de “planejamento agrícola e desenvolvimento rural” (Correio da Manhã, 5 out. 1967, p. 13).

O PPI [elaborado pelo consórcio entre a empresa israelense TAHAL e a brasileira SONDOTÉCNICA] definiu regras e normas para o planejamento dos projetos de irrigação, apresentando para cada região do País um elenco de projetos, cada um com o seu respectivo estudo de pré-viabilidade. Em 1969, inicia-se a implantação dos primeiros projetos [perímetros irrigados] resultantes da nova orientação formulada pelo GEIDA: Bebedouro, sob a responsabilidade da Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, e Morada Nova [no Ceará], do DNOCS (Sousa, 2005, p. 50).

Tanto nessa fase, como nas etapas posteriores de irrigação do Brasil, consideradas na narrativa apresentada pelo Ministério da Integração Nacional²⁷, houve clara inclinação de abertura para participação da iniciativa privada.²⁸ E esta era uma das pautas do Clube de Engenharia e de outras entidades de classe que pressionavam abertamente o Governo Federal e os governos estaduais.²⁹ Daí a importância também de:

[...] verificar quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente inter-relação. (Mendonça, 2013, p. 15).

Embora os planos do general Afonso Lima não tenham sido concretizados em sua inteireza, a base dos princípios e direcionamentos do GTDN foi apropriada e incorporada ao PPI pelo consórcio Sondotécnica/TAHAL e aos três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) para modernização da agricultura, com foco na irrigação.

²⁷ Segundo Brasil (2008) houve quatro grandes fases quanto a políticas de irrigação no país. Primeira fase: último quartel do século XIX até os anos de 1960; segunda fase: fim dos anos 1960 até meados da década de 1980; terceira: 1985 até 1995; quarta fase: 1995 em diante.

²⁸ De acordo com Brasil (2008, p. 11), as oportunidades abertas para iniciativa privada na década de 1970 se deram através do “Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS), [do] Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) e [da] concepção de “lotes empresariais” nos projetos públicos de irrigação. Já os anos de 1980, mais precisamente pós-1985, foram marcados pelo Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), pelo Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e pela implementação do Projeto Subsetorial de Irrigação que abriram possibilidades para o empresariado. Além desses programas, os decretos 89.496/84 e o 90.309/84, que regulamentavam a Lei de Irrigação de 1979 (Lei 6.662), ampliaram de 20% para 50% a possibilidade de participação dos empresários nos lotes de agricultura irrigada. O ápice desse processo de beneficiamento do empresariado se deu com o Decreto 2.178/97, marco do avanço das políticas neoliberais da era FHC possibilitando que 100% dos projetos públicos de irrigação fossem ocupados integralmente por empresas (Vieira, 2015).

²⁹ “Tecnologia Nacional - A diretoria do Clube de Engenharia manterá contato, hoje, com o governador da Guanabara, para solicitar que seja baixado um decreto, nos moldes do Decreto-Lei 64.345, promulgado pelo presidente Costa e Silva, estabelecendo condições de defesa da engenharia e técnica nacionais em face da competição estrangeira. O Clube de Engenharia vai procurar, com objetivos semelhantes, os governadores dos demais Estados”. Correio da Manhã, 18 jun. 1969, p. 10.

Dito de outra forma: as marcas do trabalho de Afonso Lima tinham continuidades e desdobramentos no trabalho de Jaime Rotstein desvelando relações entre o Estado restrito e segmentos da sociedade civil em uma perspectiva relacional, de retroalimentação.

Circulando entre o alto escalão do regime civil-militar, conforme estampado em bibliografia pessoal (Rotstein, 1966) e nas páginas dos jornais de época, o engenheiro-empresário Jaime Rotstein era bastante próximo do ministro do MINTER, o engenheiro-militar Afonso Albuquerque Lima. Concomitante às congratulações mútuas e públicas, expressas nas reuniões, almoços e jantares do empresariado e militares em clubes e restaurantes do Rio de Janeiro, a relação entre ambos era anterior e mais visceral. Partilharam formação e ensinamentos em outro APH: a Escola Superior de Guerra (ESG)³⁰.

Vale ressaltar, também, que Lima foi colaborador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), outro aparelho privado de hegemonia que reuniu empresários nacionais e internacionais, tecnocratas de alto escalão e militares de elevada patente, sobretudo oriundos da ESG. Segundo Bortone (2018), os ipesianos atuaram fortemente em importantes cargos e na elaboração de políticas públicas para manterem seus interesses políticos e econômicos. Em fato, havia um trânsito entre sujeitos ligados ao IPES e ao Clube de Engenharia, como desvela a biografia de Francisco Saturnino de Brito Filho, um dos autores do Decreto 64.345. Não era coincidência, portanto, o fato de Saturnino ser também ipesiano e membro do Clube.

Os impactos dessas articulações se fazem sentir de forma contundente ao reiterarmos que foi a partir da contratação de empresas privadas que se inaugurou e se deu a elaboração de toda uma política pública sobre regadio no país, com vistas à segurança nacional e ao desenvolvimento rural, desdobrada em mais de uma década. Assinalamos isto em observância ao calendário de implantação da legislação sobre irrigação no Brasil: a primeira lei de irrigação surgiu apenas em 1979 (Lei nº 6.662), sendo regulamentada tardiamente a partir de 1984 (Decreto 89.496).³¹

Nesse interstício (1969-1985) foram mobilizadas altas somas de recursos em políticas como o Programa Nacional de Integração (PIN, em 1970), alterando infra estruturalmente vários espaços do território nacional; e o PPI (1971), para expansão da

³⁰ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Dicionários, Verbete-biográfico, Afonso Augusto de Albuquerque Lima.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima>. Acesso em: 15 jun. 2020.

³¹ Ao demarcar a segunda fase de irrigação do país entre fins da década de 1960 até o ano de 1985, o Ministério da Integração reforça a ideia de influência do PPI na Lei nº 6.662/79 e no Decreto 89.496/84.

irrigação no país. Isso garantiu, evidentemente, o enriquecimento ou ampliação da riqueza de grupos concatenados aos projetos durante o Programa Plurianual de Irrigação (e mesmo depois dele, em outros programas).

Incluía, assim, o governo federal os projetos de irrigação como prioritários às suas metas governamentais, que iriam consubstanciar-se nos três Planos Nacionais de Desenvolvimento, que seriam editados e reeditados de forma ininterrupta até 1985, quando chega ao ocaso o regime militar (Vieira, 2015, p. 53, grifo nosso).

Em síntese, o PPI, elaborado pela Sondotécnica/TAHAL e incorporado pelo GEIDA, confundindo público e privado e desvelando o cruzamento de interesses e trajetórias individuais, funcionou como concepção hegemônica de irrigação até 1985. Também serviu de esteio para a projeção do regadio nos destacados planos nacionais de desenvolvimento (PND's) da Ditadura Civil-Militar entre 1972-1974 (I PND), 1975-1979 (II PND) e 1980-1985 (III PND). E mesmo em momentos de crise, como a partir de 1979, quando empreiteiros observaram drástica redução dos recursos do Governo para o setor, manteve-se o destaque conferido a essa concepção, dado que a agricultura e as obras para sua expansão continuaram como foco das políticas públicas do Estado (Campos, 2014).

Triangulação: Estado, capital nacional e capital internacional

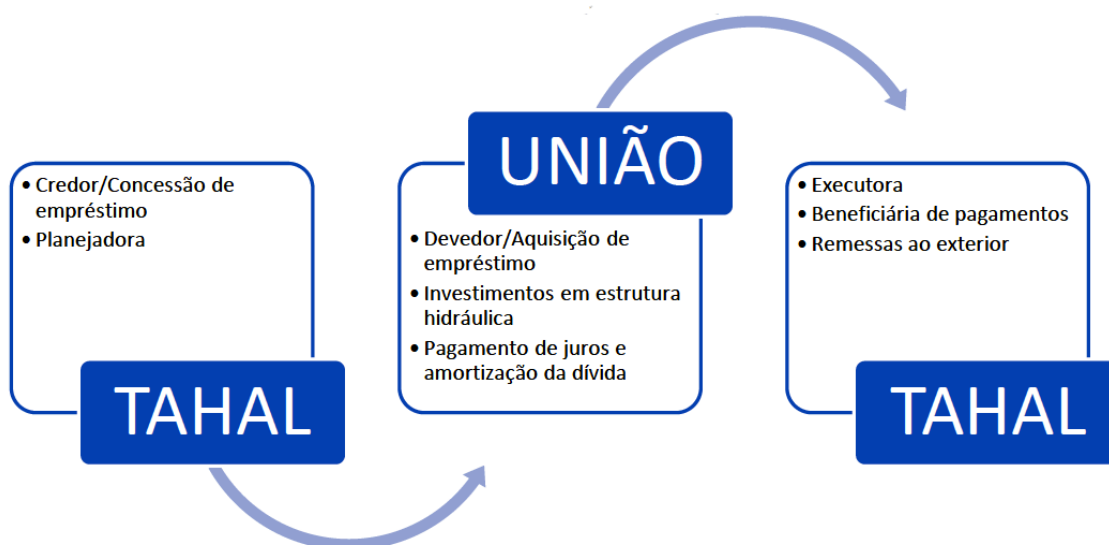
As relações exteriores com o objetivo de busca pelo desenvolvimento da região Nordeste e modernização do campo a partir dos anos 1950 foram intensificadas nas décadas posteriores assumindo outros matizes no contexto da Ditadura Civil-Militar. As fontes de financiamento externo, através de empréstimos, possuíam cada vez mais proeminência (Viana Jr, 2021) e os executores dos estudos e de obras passaram a ser empresas contratadas, cabendo às autarquias, como o DNOCS, outras responsabilidades: o direcionamento dos recursos, a celebração dos contratos e a fiscalização das obras.

Nesse processo de deslocamento, concretizou-se, por exemplo, a articulação entre governo/empresariado brasileiro e governo/empresariado israelense, em fins dos anos 1960, expresso no contrato com a TAHAL Consulting Engineers Ltd. e a Sondotécnica Engenharia de Solos S/A, cujos trabalhos compreenderiam:

[...] estudos e exames dos dados socioeconômicos relacionados ao desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil; avaliação preliminar dos projetos em andamento nas várias regiões e indicação preliminar das propriedades; estudo do suporte institucional da política irrigatória do País, objetivando uma ação legal e administrativa coordenada, além do aperfeiçoamento da estrutura jurídica disciplinadora do emprego da água para fins múltiplos (grifo nosso).³²

Desse acerto, como já observamos, resultou o PPI em 1971. O que ainda não havíamos tratado diz respeito à forma como isso aconteceu. A TAHAL financiou o empreendimento, inclusive com adiantamento de valores para a instalação dos técnicos estrangeiros, pagamento das despesas administrativas e remuneração dos brasileiros contratados.³³ Desta maneira, a União convencionou com uma firma estrangeira para fazer o pagamento dos serviços com recursos tomados de empréstimo da própria empresa. A companhia que emprestava o recurso, era a mesma que planejava e executava estudos e obras, recebendo lucros e juros e, portanto, reenviando remessas ao exterior:

Gráfico 2 – Fluxo/Fuga do capital



Fonte: elaborado pelo autor.

Os indícios encontrados nos jornais de circulação nacional e nos documentos oficiais do DNOCS sugerem que essa era uma lógica comum na relação triangular entre o capital internacional, o capital nacional e o Governo do Brasil. Na região Sul do país, por exemplo, a TAHAL havia concedido empréstimo de 2 milhões de dólares ao

³² Correio da Manhã, 12 ago. 1969, p. 8.

³³ Correio da Manhã, 12 ago. 1969, p. 8.

Brasil³⁴, via Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), para combate às secas e execução do “Plano Agro Hidrológico” da região. A autarquia SUDESUL era submetida ao Ministério do Interior que, na altura do empréstimo, estava sob o comando de Afonso Albuquerque Lima.

A preocupação com o financiamento das obras era uma questão central e explícita, conforme podemos ver no “Termo de Referência” do PITR a ser seguido pelas empresas interessadas na construção de estruturas hidráulicas:

Caberá ao DNOCS definir a melhor alternativa, baseada nos estudos técnico-econômico-sociais decorrentes dos [trabalhos] realizados [...]. Chama-se atenção no sentido de que a consultora deve está (sic) identificada com as **normas, procedimentos, avaliações e roteiros do Banco Mundial**, no aspecto de pedido de financiamento por empresas públicas, para seus projetos (grifo nosso).³⁵

Desta forma, a instituição que emprestava poderia definir os termos de uso dos repasses, caracterizando uma das quatro formas de empréstimos externos sob a óptica do controle³⁶. A contratação de empréstimos era uma preocupação que tomava forma desde os planos, projetos e estudos de viabilidade até a execução das obras. Através dos repasses recursais para a construção de infraestrutura de regadio se ampliava o endividamento do Estado brasileiro, tanto pela União como pelos Estados, garantindo a transferência de valores, por um lado, para as empresas privadas executoras e, por outro lado, para credores internacionais (Santos, 1971). Um dos principais credores desses empreendimentos foi o Banco Mundial, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)³⁷, como no caso da construção da Estrada Rio-Santos e Transamazônica que, como vimos, envolveu a Sondotécnica.

Este aspecto não compunha uma idiosincrasia brasileira. Fazia parte de um movimento holístico que envolvia interesses e pressões externas. Segundo João Pereira (2010) foi a partir do movimento de expansão, diversificação e redirecionamento do Banco Mundial para o multilateralismo, em fins dos anos 1960, que as empresas públicas e os bancos nacionais e regionais de desenvolvimento passaram a ser

³⁴ Correio da Manhã, 16 set. 1969, p. 3.

³⁵ DNOCS. Termos de referência: projeto Tabuleiro de Russas. Elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica – Econômica e Social e Projeto da 3ª Etapa do Projeto Tabuleiro de Russas. DNOCS: Fortaleza, 198?.

³⁶ Segundo Benakouche (2013, p. 41) existiam quatro tipos de empréstimos sob a óptica de controle: (a) controle sobre os montantes de fundos a utilizar no futuro; (b) exigência de projetos adequados; (c) vinculação à importação de equipamentos; e (d) vinculação ao país de origem.

³⁷ Correio da Manhã, 09 de janeiro de 1969, p. 5. “Afirmção técnica”: notícia sobre o empréstimo de 200 milhões de dólares concedidos ao Brasil pelo BIRD em virtude da “existência no Brasil de firmas capazes de realizar estudos de consultoria técnica nos moldes mais aperfeiçoados”.

percebidos por aquela instituição, e outras, como clientes em potencial para empréstimos e financiamentos.

Isso ocorreu em paralelo à criação, em 1969, do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), instituição estratégica impulsionadora da Resolução Verde pelo mundo. O setor rural se tornou um segmento de destaque para o Banco Mundial diversificar sua carteira de clientes, ao mesmo tempo em que garantia a expansão da “[...] norte-americanização dos sistemas agroalimentares nacionais”:

De longe, irrigação, drenagem e administração de água foi o principal subsetor dentro da agropecuária financiado pelo Banco nos anos 1950 e 1960, e continuou assim nos anos 1970, principalmente na Ásia, no Oriente Médio e na América Latina. A maior parte do aumento da produção agrícola dos países da periferia vinha de áreas irrigadas novas ou reabilitadas. Os insumos da Revolução Verde, sobretudo fertilizantes químicos, requeriam uma hidrologia altamente favorável e o Banco cumpriu o papel de pivô nesse processo (Pereira, 2010, p. 191).

Diante do movimento internacional exposto, fica ainda mais claro o entendimento da pressão realizada pelos empresários no Brasil para aprovação de legislação protecionista, garantindo sua participação no planejamento e execução dos grandes projetos estruturais do país. A lógica de distribuição dos recursos – expressa nos (1) levantamentos de montantes pela União; (2) repassados através de projetos, programas e orçamentos; (3) gestados pelos ministérios e autarquias; e (4) redirecionados para empresas privadas nacionais e estrangeiras – deveria ter seu curso disciplinado para atender tanto as ambições do capital estrangeiro como as demandas do capital nacional.

Por isto, o Decreto 64.345/69 apontava como empresas nacionais aquelas “[...] sob o controle acionário de brasileiros natos ou naturalizados, residentes no país, e [que tinham] pelo menos metade de seu corpo técnico integrado por brasileiros [...]”³⁸. Para garantia do quinhão nacional, a entrada das multinacionais era condicionada ao consórcio com firmas do país, tal como o acordo celebrado entre a Sondotécnica e a TAHAL. O próprio diretor internacional desta empresa, mesmo antes da aprovação do Decreto, sabia da necessidade de se aliançar aos grupos nacionais para obter êxito na inserção no Brasil:

O diretor internacional [da Tahal], sr. Dove Quastier, integrante da Missão de Israel [afirmou que a empresa] tem grande interesse em

³⁸ Decreto nº 64.345, de 10 de abril de 1969.

iniciar imediatamente um regime de cooperação técnica com o nosso país, associado a firmas brasileiras de consultoria de engenharia, para o fornecimento de “know how” complementar.³⁹

A estratégia de ligação com empresas nacionais permitiu que a TAHAL se enraizasse no Brasil de norte a sul: construiu estruturas de irrigação no Piauí, através da captação de água subterrânea; realizou pesquisas para o desenvolvimento do setor agrícola no Médio e Baixo São Francisco, a partir de convênio com a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE); disputou pleitos para a realização de estudos de planejamento regional, espacial e setorial na Amazônia, mediante edital da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); entre outros⁴⁰.

A medida protecionista estimulada pelo Clube de Engenharia e acatada pelos militares teve ampla repercussão em território nacional. Por esta razão a francesa SCET se atrelou a Serviços de Irrigação, Agricultura e Colonização (SIRAC); a estadunidense Donlap and Associates à nacional SERETE Companhia de Engenharia; a espanhola Tecnibéria às brasileiras Geotécnica e Engevix, entre várias outras iniciativas⁴¹ para empreendimentos na região Nordeste. Isto estava em acordo com a nova dinâmica capitalista expressa na ampliação vertiginosa da concessão de empréstimos aos países periféricos. Uma tensão geopolítica com foco na ampliação da “[...] capacidade de los países en desarrollo de exportar materias primas, combustibles, productos agrícolas tropicales, que los países industrializados requieren” (Toussaint, 2006, p. 38).

Considerações finais

A construção de uma infraestrutura hidráulica no Brasil voltada para a sua ampliação da área irrigada cresceu de forma vertiginosa no período ditatorial, perpassando os governos dos cinco generais. Isso se deu a partir da confluência de um conjunto de vetores. A expansão do paradigma da Revolução Verde pelo mundo encontrou terreno fértil em solo brasileiro, sendo amparada e estimulada pelos governos militares. Nesse movimento, setores do empresariado nacional estiveram atentos para ampliar seus lucros e riquezas.

Assim, apesar das características específicas atribuídas a cada governo militar,

³⁹ Correio da Manhã, 5 out. 1967, p. 13

⁴⁰ Correio da Manhã, 1969-1971.

⁴¹ Correio da Manhã, 10 nov. 1968, p. 2; DNOCS, Livros de Contratos, 1964-1975. Livro II, fl. 32 e 56v.

como a intensificação da repressão a partir do Ato Institucional nº. 5 de 1968, é possível visualizar uma ascendência e continuidade no tema da irrigação nacional. A condução desse processo se deu através de uma íntima relação entre sociedade civil e sociedade política, isto é, entre os empresários (organizados em APH's) e os militares, respectivamente. Observamos como, a partir de 1964, a relação entre os dois presidentes militares (Castelo Branco e Costa e Silva) com o empresariado nacional foi crucial para a preparação e implantação de uma legislação protecionista; e, como a década de 1970 se constituiu enquanto plataforma para criação e implantação de políticas públicas para estímulo da irrigação no país.

Esta irrigação, materializada em projetos que se espalharam nas diferentes regiões do país e que recebeu atenção no Nordeste brasileiro, assumiu uma concepção hegemônica expressa na desapropriação e expropriação de populações do campo para produção dirigida pelos interesses do capital nacional e internacional. Para tanto, houve a implantação de projetos e programas, como o PIN, em 1970, e o PPI, em 1971, amparados em recursos nacionais e na contratação de empréstimos internacionais.

O financiamento da modernização agrícola buscou aumentar a produção de gêneros primários barateando a sua aquisição pelos países capitalistas centrais. O aumento contundente da entrada de dólares no Brasil, durante a ditadura, ocorreu de forma concomitante e com claros objetivos de estimular o desenvolvimento da infraestrutura pesada e, acrescentemos, expandir a Revolução Verde.

Orquestrou-se, assim, a expansão da área de regadio mediante relações entre empresários nacionais, internacionais e agentes do Estado. O preço pago foi a ampliação da condição de dependência do país em relação às instituições e aos países credores, além da forte acentuação das diferenças regionais no Brasil e em outros países da América Latina (Pechlaner; Otero, 2008). Internamente, não sem divisões e fissuras, o Estado autoritário brasileiro buscou se equilibrar na complexa tarefa de agradar os investidores externos e garantir os interesses dos capitalistas brasileiros. O resultado, para o Nordeste, foi a construção de uma ampla infraestrutura de regadio mediante desapropriação de aproximadamente 200 mil hectares que, ao longo das décadas seguintes, acabaram apropriados, quando não invadidos, por empresas nacionais e estrangeiras com foco na agricultura de exportação⁴².

Neste artigo, buscamos demonstrar esses movimentos a partir da atuação de alguns sujeitos, como Afonso Albuquerque Lima e Jaime Rotstein, empresas nacionais

⁴² Consultar o “Dossiê Perímetros Irrigados”. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

e estrangeiras, como a Sondotécnica e a Tahal, e aparelhos privados de hegemonia, como o Clube de Engenharia. Através da análise histórica aqui apresentada acreditamos ter exposto interesses políticos, econômicos e ideológicos envoltos em um tema, por vezes tomado sob a pretensa neutralidade do discurso técnico, como a irrigação.

Referências

BENAKOUCHE, Rabah. **Bazar da dívida externa brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BORTONE, Elaine de Almeida. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)**. Tese (História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A irrigação no Brasil: situação e diretrizes**. Brasília: IICA, 2008.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: UFF, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CARVALHO, Gabriel Alves de Miranda. **Acumulação de capital e inovação tecnológica: a experiência brasileira durante o regime militar 1964-1985**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Rio de Janeiro: CPDA; UFRRJ, 2015.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: EdUFRJ; Editora Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (v. 3).

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-64. *In*: CONGRÈS DU CEISAL (Conséil Européen de Recherche en Sciences Sociales sur l'Amérique Latine) – Indépendences, Dépendences, Interdépendences, 6., 2010, Toulouse, França. **Anais [...]**. Toulouse, França: CEISAL, 2010. 21 p.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. Porta-vozes em uma era de incertezas: o Clube de Engenharia e a concepção de uma inspetoria geral das estradas de ferro. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 170-183, jul./dez., 2010.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MAUAD, A. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 13, n. 1, p. 133-174, 1 jun. 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos**. Rio de Janeiro: Faperj; Vício de Leitura, 2007.

_____. Estado e políticas agrícolas na historiografia brasileira (1930-1964). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Nata, RN. **Anais eletrônicos [...]**. Natal: ANPUH, 22-26 jul. 2013, p. 0-13. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363459588_ARQUIVO_trabalho_SONIAMENDONCA_ST118.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Sociedade Civil em Gramsci – venturas e desventuras de um conceito. *In*: PAULA, Dilma Andrade; MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PAULA, Dilma Andrade; MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PECHLANER, G.; OTERO, G. The third food regime: neoliberal globalism and agricultural biotechnology in North America. *Sociologia Ruralis*, Wageningen, v. 48, n. 4, p. 351-371, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fabio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (v. 4.)

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, e16003, 2017, p. 1-14.

ROTSTEIN, Jaime. **Em defesa da engenharia brasileira**. Rio de Janeiro: Engenharia Editora, 1966.

SANTOS, Theotônio dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Perspectivas do capitalismo moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1971.

SOUSA, Elisângela Maria de. **O “Novo Modelo de Irrigação” e os colonos de Morada Nova: política para qual público?**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, 2005.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida. A dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra os povos**. São Paulo: Fundação Perseu Ramos, 2002.

_____. **Banco Mundial. El golpe de Estado permanente. La agenda oculta del Consenso de Washigton**. Espanha: El Viejo Topo, 2006.

VIANA JR, Mário Martins. A irrigação na mira do capital internacional (1964-1975). *Rev. História*, São Paulo, v. 180, p. 1-33, 2021.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins; MAUPEOU, Samuel Cavalheira de. Da produção camponesa familiar ao capitalismo: o perímetro irrigado tabuleiro de russas no Ceará (1988-2008). *Tempos Históricos*: (Edunioeste), n. 22, p. 120-145, 2018.

VIEIRA, Washington Luiz Peixoto. **A Irrigação no Nordeste: uma abordagem histórica do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.